


“O NORTE ALIMENTA O SUL”: A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ECONÔMICO RURAL DE GHANA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

**“NORTH FEEDS SOUTH”: THE ORGANIZATION OF GHANA’S RURAL
ECONOMIC SPACE IN THE EARLY 21ST CENTURY**

**“LE NORD NOURRIT LE SUD”: L’ORGANISATION DE L’ESPACE
ÉCONOMIQUE RURAL DU GHANA AU DÉBUT DU XXIE SIÈCLE**

Kauê Lopes dos Santos¹

 0000-0001-9996-1079

kauels@unicamp.br

¹ Professor do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG-UNICAMP) e Pesquisador Visitante do Latin American and Caribbean Centre at the London School of Economics and Political Science (LACC-LSE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9996-1079>. Email: kauels@unicamp.br.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: A partir de uma percepção amplamente difundida entre a população ganense – a de que as regiões ao norte do território “alimentariam” as regiões ao sul –, este artigo objetiva analisar a organização do espaço econômico rural de Gana, país localizado na África Ocidental. Considerando esse objetivo, o estudo partiu do conceito de formação socioespacial para estruturar as etapas de investigação científica, que consistiram na coleta, sistematização e análise de dados qualitativos e quantitativos obtidos em fontes primárias e secundárias. A pesquisa revela diferentes aspectos relativos as forças produtivas e as relações de produção na organização das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e extrativistas que conformam o espaço econômico rural do país. Os resultados apontam para um mercado de equilíbrio regional na organização desse espaço.

Palavras-chave: Formação socioespacial. Espaço econômico rural. Agricultura alimentar. Agricultura comercial. Gana.

ABSTRACT: Based on a widely held perception among the Ghanaian population that the northern regions of the territory “feed” the southern regions, this article aims to analyze the organization of the rural economic space of Ghana, a country located in West Africa. Considering this objective, the study employed the concept of socio-spatial formation to structure the stages of scientific investigation, which involved collecting, systematizing, and analyzing qualitative and quantitative data obtained from primary and secondary sources. The research reveals different aspects of productive forces and production relations in the organization of agricultural, livestock, fishing, and extractive activities that shape the country’s rural economic space. The results point to a pronounced regional imbalance in the organization of this space.

Keywords: Socio-spatial formation. Rural economic space. Food agriculture. Commercial agriculture. Ghana.

RÉSUMÉ : À partir d’une perception largement répandue parmi la population ghanéenne, selon laquelle les régions au nord du territoire “nourrissent” les régions du sud, cet article vise à analyser l’organisation de l’espace économique rural du Ghana, un pays situé en Afrique de l’Ouest. Dans le cadre de cet objectif, l’étude s’appuie sur le concept de formation socio-spatiale pour structurer les étapes de la recherche scientifique, comprenant la collecte, la systématisation et l’analyse de données qualitatives et quantitatives obtenues à partir de sources primaires et secondaires. La recherche révèle différents aspects liés aux forces productives et aux relations de production dans l’organisation des activités agricoles, d’élevage, de pêche et d’extraction qui façonnent l’espace économique rural du pays. Les résultats indiquent un déséquilibre régional marqué dans l’organisation de cet espace.

Mots-clés: Formation socio-spatiale. Espace économique rural. Agriculture vivrière. Agriculture commerciale. Ghana.

INTRODUÇÃO

A frase “O Norte alimenta o Sul” está escrita com tinta preta nos muros azuis de um galpão industrial abandonado na beira da estrada que liga as cidades de Bolgatanga e Navrongo, no extremo norte do território ganense. Nas margens dessa estrada pode-se observar a predominância de plantações de cebola e tomate. Nelas, além do cultivo, ocorre também outras atividades, como o descarregamento de parte da produção em pequenos caminhões que irão rodar pelas precárias estradas da região. A frase escrita no muro revela uma percepção comum entre boa parte da população de Gana no que diz respeito a existência de uma desigualdade regional no país.

São aproximadamente 840 quilômetros que separam Paga de Takoradi, cidade costeira onde se localiza o principal porto voltado às exportações das principais *commodities* ganenses, como o cacau, o manganês, a bauxita e a madeira. Há uma densa rede de rodovias que articula Takoradi à capital do país, Acra, e às áreas onde ocorrem a produção de cacau e a extração dos recursos naturais, que correspondem as porções centro-sul do território. Boa parte dessas infraestruturas datam do período colonial – entre fins do século XIX e meados do século XX – no qual o território até então denominado “Costa do Ouro” esteve sob controle das forças imperialistas britânicas. Nesse período, a construção de infraestruturas era marcadamente seletiva e visava a eficiência na fluidez das *commodities* da área de produção ou extração até as áreas portuárias. Esse padrão se verificou em todo o continente e representou uma verdadeira “sangria” das riquezas africanas rumo às metrópoles da Europa Ocidental. Em 1957, contudo, a Costa do Ouro tornou-se a primeira colônia da África ao Sul do Saara a obter independência. Sob liderança de Kwame Nkrumah, esse território tornou-se uma república presidencialista e passou-se a chamar Gana.

Nos anos seguintes, em especial nas décadas de 1960 e 1970, os governos ganenses implementaram uma série de políticas econômicas visando a diversificação produtiva, sobretudo a política de substituição de importações. Contudo, o território manteve-se no período em questão como um grande exportador de *commodities*, especialmente de recursos naturais (como ouro, bauxita, manganês e madeira) e de produtos agrícolas (como cacau, óleo de palma, coco e borracha).

Ainda que os sucessivos governos tenham se preocupado como a produção de alimentos para a população, manteve-se no território algumas marcas que distinguem uma “região sul”, produtora de *commodities* e adensada de infraestruturas, e uma “região norte”, que produz alimentos para o mercado nacional e que recebe menos investimentos do Estado.

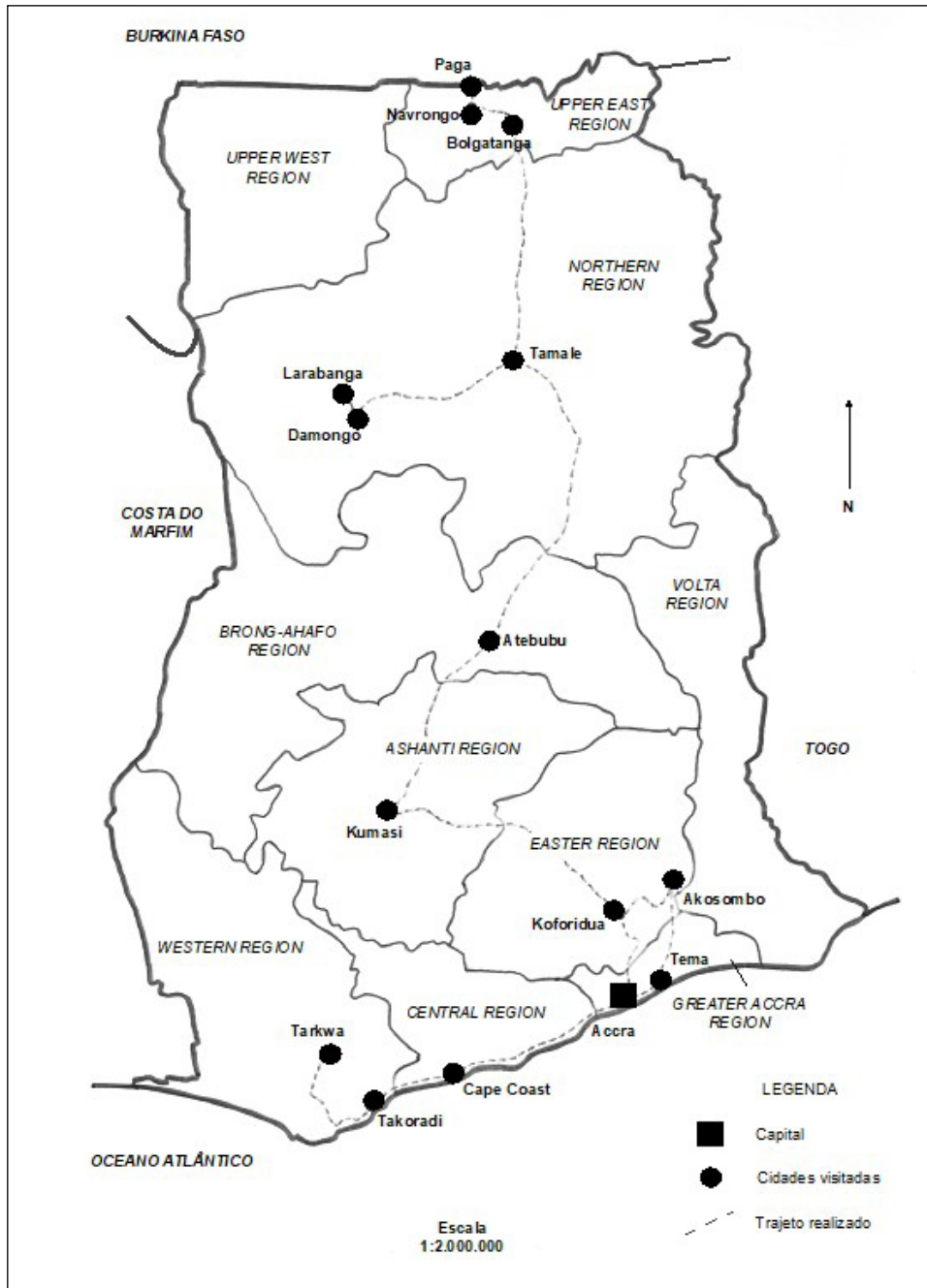
A partir dessa noção amplamente difundida de que “o Norte alimenta o Sul”, este artigo tem o objetivo de analisar a organização do espaço econômico rural de Gana. No próximo item, a metodologia da pesquisa é apresentada, metodologia essa que foi estruturada a partir do conceito de formação socioespacial, desenvolvido pelo geógrafo brasileiro Milton Santos na década de 1970. No item 3 são apresentados os resultados da pesquisa, que comunicam as análises empreendidas acerca: (i) dos aspectos naturais do espaço econômico rural ganense; (ii) dos aspectos técnicos e da força de trabalho desse

mesmo espaço rural; (iii) das lógicas de apropriação fundiária vigente em Gana e; (iv) da organização do espaço econômico rural entre a produção de alimentos e a produção de *commodities*. Por fim, no item 4, são apresentadas as considerações finais do artigo.

METODOLOGIA

Partindo da premissa teórica de que Gana pode ser estudada a luz do conceito de *formação socioespacial* – conceito este desenvolvido pelo geógrafo brasileiro Milton Santos na década de 1970 –, a pesquisa que fundamenta este artigo foi construída metodologicamente como um estudo de caso. Ao mesmo tempo em que a formação socioespacial busca entender como são forjadas as relações entre as forças produtivas e as relações de produção em uma determinada sociedade, e em seu respectivo espaço ao longo do processo histórico, ela também serve como um partido de método (SANTOS, 1977; MAMIGONIAN, 1996).

Nesse sentido, a coleta, a sistematização e a análise de dados qualitativos e quantitativos foram as etapas empreendidas na pesquisa: enquanto os dados quantitativos foram obtidos em diversas fontes secundárias, como livros, artigos, relatórios setoriais, leis e decretos e; os dados qualitativos foram obtidos nessas mesmas fontes secundárias e em fontes primárias que corresponderam à trabalhos de campo realizados entre Gana 2013 e 2016. *In loco*, foram levantadas descrições densas (GEERTZ, 1973) e registros fotográficos dos espaços econômicos rurais de oito regiões do país, a saber: Grande Acra, Central, Ocidental, Oriental, Ashanti, Brong-Ahafo, Norte e Alto Oriental (Figura 1).



Fonte: SANTOS (2021).

Figura 1. Trabalho de Campo em Gana.

Por meio desse percurso, buscou-se compreender a relação entre as forças produtivas – meios de produção (especialmente a terra e a técnica) e força de trabalho – e as relações de produção (a projeção das relações de poder sobre os meios de produção e a força de trabalho), ao longo do processo histórico, como forma de mapear a organização do espaço econômico rural de Gana no início do século XXI.

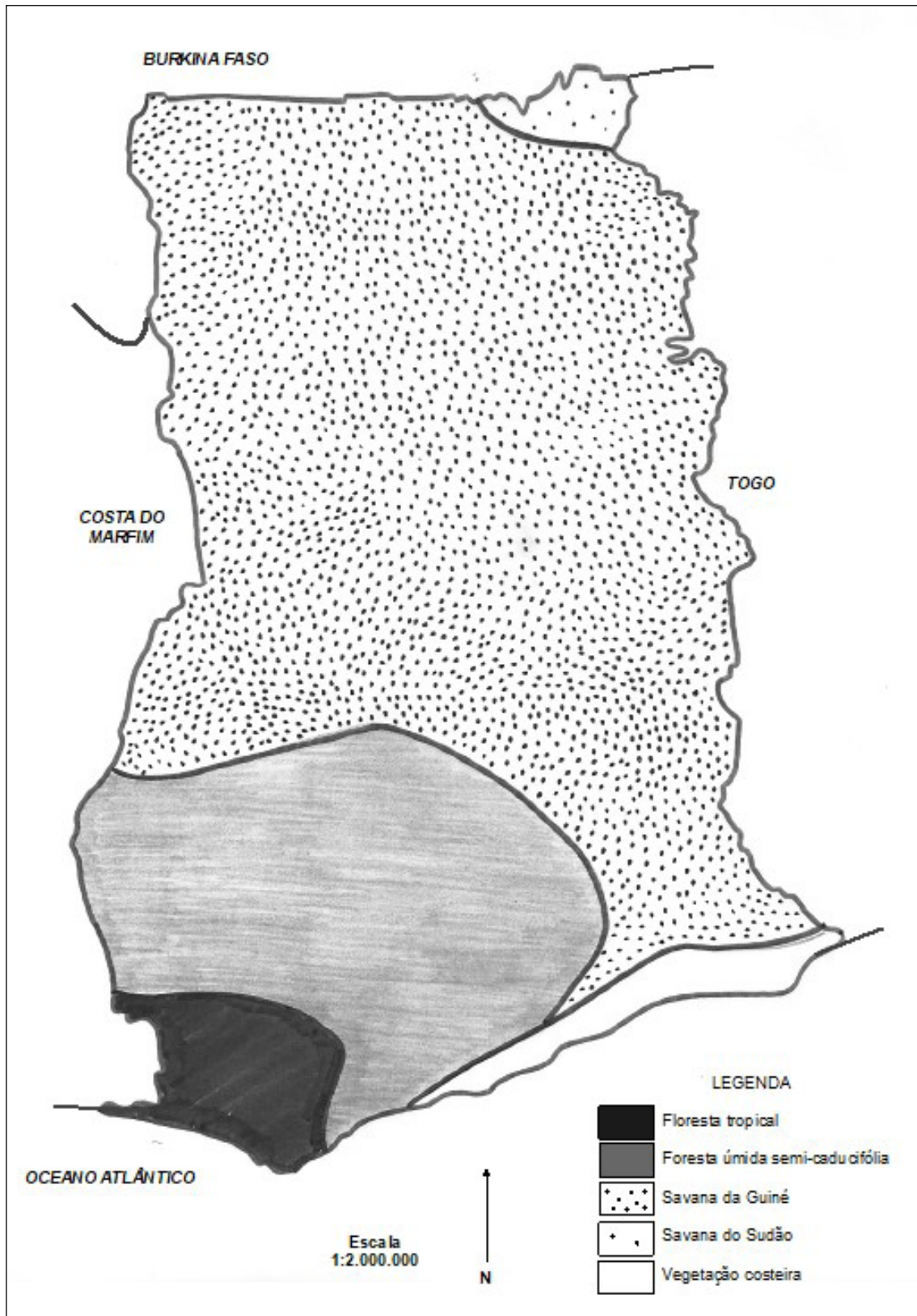
RESULTADOS

Os aspectos naturais do espaço econômico rural

Em um estudo intitulado “Problema da estrutura agrária e da economia rural”, publicado na década de 1940, o geógrafo francês André Cholley assegurava que a análise geográfica das atividades típicas da economia rural pressupunha o entendimento das combinações entre os elementos de ordem física, biológica e humana do espaço onde essas atividades ocorriam (CHOLLEY, 1946). Essa assertiva jogou luz para a relevância da articulação entre os diversos aspectos naturais – sejam eles geomorfológicos, climáticos, hidrográficos, pedológicos ou fitográficos – quando se busca entender a organização de um determinado espaço econômico rural. Nessa perspectiva, pode-se entender que as características naturais de uma determinada formação socioespacial são variáveis fundamentais para qualificar um dos principais meios de produção da economia rural: a terra.

No âmbito geomorfológico, as planícies e os planaltos predominam como formas de relevo na formação socioespacial ganense. Enquanto as primeiras estão distribuídas nas porções costeiras e nas margens dos rios que integram a bacia hidrográfica do Volta – principal rio do país –, as últimas estão distribuídas nas porções central, oriental e setentrional do território. O tipo climático predominante em Gana é o tropical, caracterizado por possuir temperaturas médias anuais que oscilam entre 21° C e 29° C e uma umidade relativa do ar que aumenta no sentido norte-sul, quando se vai do litoral no Oceano Atlântico até a fronteira como Burkina Faso (GOCKING, 2005).

Em Gana, os espaços rurais vêm sendo transformados pelas atividades agrícolas, pecuárias e pelo extrativismo vegetal há séculos por diferentes socialidades, e essas transformações ocorreram e ocorrem sobre áreas originariamente cobertas por florestas, savanas e vegetações costeiras (Figura 2), conforme já chamava atenção o geógrafo ganense Ernest Boateng no final da década de 1950 (BOATENG, 1959).



Fonte: SANTOS, 2021.

Figura 2. Vegetação natural em Gana.

Embora apresentem diferentes níveis de conservação, as florestas ocupam originariamente 33,6% do território de Gana. Pode-se identificar dois tipos distintos de florestas no país: a tropical e a úmida semicaducifólia. Essas formações se encontram distribuídas pelas porções meridionais da maior parte da África Ocidental, sendo caracterizadas por possuir uma elevada biodiversidade, com espécies de vegetação que alcançam todos os estratos (arbóreo, arbustivo e herbáceo) e que chegam a formar um dossel fechado de até 40 metros de altura (BOATENG, 1959; MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2019).

O solo dessas florestas é facilmente distinguível daquele das savanas, haja vista a composição de seus horizontes superficiais – ricos em matéria orgânica – e a maior umidade do ambiente, o que facilita a ocorrência do intemperismo bioquímico, químico e físico do material parental. De maneira genérica, esses solos são classificados como *Forest Ochrosols*, *Forest Ochrosol-Rubrisol* integrados, *Forest Lithosols* (em terra firme), *Forest Gleisols* e *Forest Gleisol-Alluviosol* integrados (em terras baixas). A pedogênese nesse caso se dá principalmente sobre rochas magmáticas (granito e basalto), metamórficas (filito, quartzito e *greenstones*) e sedimentares (arenito). A distinção entre a floresta tropical e a floresta úmida é estabelecida sobretudo em função das condições climáticas que incidem nas áreas onde estão localizadas (OBENG, 2000).

A floresta tropical se localiza majoritariamente na Região Oeste, próxima ao litoral. Na área são também registradas as maiores médias pluviométricas anuais do país (2200 mm), possuindo duas estações chuvosas (uma principal que vai de março até julho e outra que vai de setembro até novembro). As temperaturas elevadas ao longo do ano também auxiliam a compor a umidade do ambiente, já que ampliam suas altas taxas de evapotranspiração (BOATENG, 1959; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2005). Historicamente, o desmatamento da vegetação natural esteve associado tanto aos cultivos da agricultura alimentar (voltadas a produção de milho, arroz, mandioca, inhame, banana, pimenta, quiabo, berinjela, cítricos e coco), quanto da agricultura comercial (voltadas a produção de óleo de palma e borracha).

Já a floresta úmida se distribui pelas regiões Ashanti, Brong-Ahafo, Leste e Central. Trata-se de uma vegetação que ocorre em áreas menos úmidas – se comparadas às áreas das florestas tropicais –, e são caracterizadas por possuir uma média pluviométrica anual de 1500 mm e duas estações chuvosas (uma entre março e julho e outra entre setembro e novembro). Em função da variação da umidade ao longo do ano, algumas de suas espécies são caducifólias, perdendo parcialmente a folhagem nos meses de estiagem (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2005). Historicamente, o desmatamento da vegetação natural também esteve associado tanto aos cultivos da agricultura alimentar (como milho, arroz, mandioca, banana, feijão, pimenta, quiabo, berinjela, tomate e cítricos), quanto da agricultura comercial (como cacau, café e óleo de palma).

Ocupando aproximadamente 62,8% do território, as savanas originariamente estão distribuídas por toda a porção central e setentrional da formação socioespacial ganense. Esse bioma distribui-se por 65% do continente africano e, na África Ocidental,

está presente em uma faixa latitudinal localizada entre o Deserto do Saara e as florestas tropicais. Em Gana, elas ocorrem nas regiões Brong Ahafo, Norte, Alto Oeste, Alto Leste e Volta. As savanas possuem árvores mais baixas e espaçadas entre si, além da presença de muitas espécies arbustivas e uma cobertura quase permanente de espécies herbáceas (BOATENG, 1959; MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2019).

No país ocorrem dois tipos de savanas: a da Guiné (Figura 3) e a do Sudão. Enquanto a primeira ocupa uma área de aproximadamente 147 mil km², a última ocupa 2,2 mil km² no extremo nordeste do território ganense, junto à fronteira com Burkina Faso. De modo geral, as savanas se desenvolvem em áreas significativamente mais secas que as áreas onde se desenvolvem as florestas e que registram uma média pluviométrica anual de 1000 mm, com a ocorrência de apenas uma estação chuvosa (entre maio e setembro). É importante notar que, no restante do ano e, em especial, nos meses de *Harmattan* – vento seco e quente gerado no deserto do Saara que sopra em direção ao golfo da Guiné entre os meses de novembro e abril –, o solo da região torna-se bastante árido, inviabilizando o cultivo de muitas espécies.



Fonte: SANTOS (2021).

Figura 3. Vegetação arbustiva de Savana da Guiné no *Mole National Park*, nas proximidades de Larabanga (Região Norte).

É em função dessas condições ambientais que as savanas apresentam uma vegetação mais adaptada às estações secas, com troncos grossos e resistentes ao fogo, como o baobá e o karité. Além disso, o solo conta com horizontes superficiais de matéria orgânica

menos espessos que as florestas. A pedogênese ocorre sobre diferentes tipos de rochas parentais: magmáticas (granito), metamórficas (finitos) e sedimentares (*greywaches*, xistos, arenitos), especialmente nas áreas próximas ao Rio Volta. Assim, garante-se uma diversificada composição pedológica na qual predominam os solos *groundwater laterites* e o *petrosols*. O desmatamento nas savanas dá espaço ao cultivo da agricultura alimentar (especialmente de milho, arroz, sorgo, painço, inhame, mandioca, batata doce, feijão, bambara, tomate, pimenta, cebola, amendoim, caju e karité). A pecuária também é mais intensa na região do que nas áreas de floresta (OBENG, 2000; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2005).

Por fim, a vegetação costeira ocupa originariamente cerca de 3,6% do território ganense. Trata-se de uma estreita faixa paralela à costa que se inicia em Sekondi-Takoradi e chega até a fronteira com o Togo. Em linhas gerais, corresponde a um bioma de baixa biodiversidade na qual predominam espécies de porte herbáceo. Diferentes tipos de solos sustentam a vegetação – *Savannah Ochrosols*, *Savannah Lithosols*, *Savannah Ochrosol-Lithosol* integrados, *Tropical Black and Brown Clays*, *Savannah Gleisols*, *Tropical Grey Earths*, *Regosolic Groundwater Laterites*, *Sodium Vleisols* e *Savannah Regosols* –, e eles são originários sobretudo de rochas metamórficas (gnaisse e quartzitos) (OBENG, 2000). Essa vegetação está localizada em uma área de menor umidade que é caracterizada por registrar uma média pluviométrica anual de 800mm e apresentar duas estações chuvosas (uma entre março e julho e outra entre setembro e outubro). Historicamente, a área foi bastante desmatada para o cultivo da agricultura alimentar, (especialmente de milho, arroz, mandioca, feijão e tomate). A baixa disponibilidade das chuvas foi compensada pela construção de um sistema de irrigação associado ao Lago e ao Rio Volta (OBENG, 2000; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2005).

As combinações entre os diferentes aspectos naturais do espaço são fundamentais para compreender as características da terra, que é um dos mais importantes meios de produção da economia rural. Contudo, junto aos aspectos naturais – que possibilitam uma maior ou menor capacidade de ambientação das espécies vegetais que serão cultivadas e das espécies animais que serão criadas – os aspectos sociais, ou “humanos” nas palavras de Cholley, são essenciais para compreender a economia rural. Dentre esses aspectos sociais, pode-se mencionar a tecnologia – que é mais um importante meio de produção – e a força de trabalho.

Os aspectos tecnológicos e a força de trabalho do espaço econômico rural

Entendida como um conjunto de instrumentos, máquinas e conhecimentos, a tecnologia é uma variável fundamental na mediação da relação entre a natureza e a sociedade ou, em outras palavras, entre a terra e a força de trabalho no espaço econômico rural.

Na formação socioespacial ganense predomina uma agricultura tradicional, que tem como ferramentas mais utilizadas a enxada e o cutelo. Além disso, os pequenos estabelecimentos agrícolas, com menos de 2 hectares são os mais comuns no país e, neles, os sistemas de irrigação são altamente dependentes da chuva, como vem ocorrendo há

séculos em boa parte da África ao Sul do Saara. Essa dependência acaba por impactar os níveis de produtividade e tem tornado as atividades agrícolas, pecuárias e de extrativismo vegetal mais vulneráveis ao longo do tempo, especialmente diante da variabilidade climática. O uso de maquinários e insumos agrícolas ocorre em menor escala dentro do país, estando associado sobretudo à agricultura comercial em grandes propriedades (como as de óleo de palma e borracha). Segundo os geógrafos britânicos Tony Binns, Alan Dixon e Etienne Nel:

Na ausência de fertilizantes químicos e maquinário sofisticado, os agricultores contam com o tempo e com os processos ambientais para restaurar os nutrientes do solo. O fogo era, e ainda é, usado para limpar terrenos em muitas partes da África, e alguns fazendeiros aplicam estrume animal e resíduos de cozinha em suas fazendas para melhorar a fertilidade e os rendimentos. O declínio dos rendimentos das colheitas indica que é hora de descansar a terra e cultivar em outro lugar (BINNS; DIXON; NEL, 2012, p. 116).

A produção nessas propriedades está vinculada tanto à subsistência familiar quanto à comercialização, e, nesse último caso, as mercadorias são vendidas em feiras regionais ou são compradas por empresas estatais de comércio. A policultura é a regra nos estabelecimentos que praticam a agricultura alimentar e, ao mesmo tempo, é amplamente difundida nos estabelecimentos que praticam a agricultura comercial, como no caso do cultivo do cacau, que ocorre junto ao cultivo da banana e mandioca na região Ashanti. A monocultura é menos frequente e está associada à produção em larga escala em fazendas comerciais (como no caso do coco, da borracha e do óleo de palma).

Ainda que o desenvolvimento tecnológico tenha viabilizado o aumento da produtividade no espaço rural ao longo do século XX, sobretudo através da Revolução Verde desde a década de 1950, é fundamental atentar ao fato de que tais tecnologias não se capilarizaram necessariamente a todos os tipos de cultivo. Considerando a escala continental, boa parte dos países africanos não acompanharam essa revolução, pois: as dietas da maior parte das suas sociedades é baseada em grãos (painço e sorgo) e tubérculos (mandioca, inhame e batata doce), que são considerados cultivos periféricos no quadro da Revolução Verde; a agricultura nessas propriedades é tradicionalmente alimentada pelas águas da chuva e não por sistemas de irrigação, de modo que monoculturas irrigadas levantam o temor do avanço de pestes e doenças; a precariedade das redes de transporte do continente encareceria o custo de insumos e também o custo das mercadorias agrícolas e; a baixa regularidade na concessão de apoio técnico e subsídios (públicos e privados) aos agricultores, especialmente às mulheres, que têm menor acesso às instituições financeiras, ao mesmo tempo em que são responsáveis por 70% da produção de alimentos no continente (SANTOS, 2022).

Essa é também a realidade em Gana, de modo então que prevalecem os pequenos estabelecimentos rurais que fazem uso de mão de obra intensiva, geralmente familiar, mas eventualmente chamando trabalhadores temporários em diferentes regimes contratuais e

para desempenhar variadas tarefas. Estima-se que 13,4 milhões de ganenses (40% da população) vivam em espaços rurais e que a força de trabalho na agricultura chegue a 6,5 milhões de pessoas (44,7% da População Economicamente Ativa)

As lógicas de apropriação fundiária

As lógicas de apropriação fundiária contemporânea em Gana se explicam não apenas pelo passado colonial dessa formação socioespacial – quando se chamava Costa do Ouro – mas também aos períodos que antecederam a dominação britânica, haja vista que as leis consuetudinárias ainda vigentes derivam dos arranjos de propriedade estabelecidos pelas diferentes sociedades africanas que ocupavam esse espaço geográfico em períodos anteriores ao final do século XIX. Segundo o economista ganense Ernest Aryteey *et al.*,

[...] a posse de terra em Gana e em muitas partes da África Subsaariana evoluiu, desde antes e durante o passado colonial, com um sistema dual: o formal e o informal ou consuetudinário [...]. Os arranjos de posse formal baseados na *Common Law* britânica eram aplicados principalmente para facilitar o acesso à terra entre a comunidade expatriada, enquanto as leis consuetudinárias existiam e guiavam a população indígena na aquisição e uso em suas comunidades (ARYTEEY *et al.*, 2007, p.5, tradução nossa).

Nos períodos anteriores a colonização, o uso da terra era comunal, sem a existência da propriedade privada. Os membros das famílias, clãs e reinos poderiam usufruir das terras comunais de acordo com as leis de cada sociedade. No entanto, havia três características principais relativas a essas terras que eram amplamente difundidas:

- Elas eram de direito inerente ao sujeito membro de um determinado grupo. Esse sujeito poderia beneficiar-se delas, já que eram entendidas socialmente como um bem e um recurso comum;
- Alguns membros da sociedade – geralmente aqueles com idade mais avançada – detinham o poder de decisão sobre a forma com que o supramencionado direito pudesse ser exercido. Assim, por mais que os membros de determinada sociedade tivessem o direito à terra, o uso dela estava alicerçado em uma série de leis locais;
- Havia a ausência da propriedade individual do solo em si, de modo que as titulações eram investidas na coletividade e não nos sujeitos individuais.

Sabe-se que a produção agrícola nas terras comunais esteve associada principalmente à produção de valor de uso, sobretudo de espécies nativas da África Ocidental, como: inhame, sorgo, painço, feijão e óleo de palma. O comércio de excedentes era também uma prática comum, tendo engrossado os fluxos dos circuitos comerciais que operavam em múltiplas escalas geográficas (SANTOS, 2021).

A colonização em fins do século XIX converteu algumas terras comunais em propriedades privadas. Esse processo esteve longe de ter sido realizado na totalidade do território da Costa do Ouro, uma vez que interessava mais à metrópole impor um determinado tipo de cultivo comercial (especialmente de cacau) e taxar os agricultores locais do que efetivamente estabelecer um mercado de terras nos moldes tipicamente capitalistas. Desse modo, efetivou-se a convivência entre as leis comuns britânicas (que serviam para as terras que seriam exploradas por expatriados europeus) e as leis consuetudinárias (que servia, para a população local), criando uma estrutura agrária dual. Esse suposto desinteresse dos britânicos em instaurar a propriedade privada da terra na totalidade da Costa do Ouro, deixando a população indígena organizar a maior parte de seu acesso à terra, fez com que o processo de colonização fosse considerado, por muitos, como indireto (ARYTEY et al., 2007; M'BOKOLO, 2011).

A estrutura dual foi mantida na atualidade, de modo que a posse de 80% das terras no país foi obtida dentro das leis consuetudinárias. Geralmente, os lotes são pequenos e neles se estabelecem diversos tipos de contratos de arrendamento. Nessas terras ocorre não apenas a produção de alimentos para a população, mas também à produção de *commodities*, em especial o cacau.

O restante das terras do país foi transferido ou adquirido de forma compulsória pelo Estado, por meio da *State Lands Act 125* (de 1962) e, ao longo desse processo, o poder público não efetuou a reparação de muitas famílias que tiveram suas terras tomadas de forma compulsória, sobretudo no norte do território (LUND, 2008). É importante salientar que o governo de Gana possui a aquisição compulsória como um direito quando a terra oferece um interesse público, o que significa, principalmente, o seu uso para construção de infraestruturas de circulação e distribuição (SANTOS, 2021).

Há, na atualidade, diversos tipos de problemas relativos à posse da terra, os quais decorrem da estrutura fundiária, tais como: indeterminações das fronteiras das terras consuetudinárias, o que pode ocasionar uma série de conflitos entre os grupos proprietários de terras e conflitos judiciais e; contratos e registros de arrendamento pouco seguros do ponto de vista legal, dentre outros. Existem na atualidade seis agências públicas que buscam resolver os impasses surgidos das estruturas fundiárias do país: a *Land Commission*, a *Town and Country Planning Department*, o *Survey Department*, o *Office of Administration of Stool Lands*, a *Land Title Registry* e a *Land Valuation Board* (ARYTEY et al., 2007).

A organização do espaço econômico rural entre a produção de alimentos e a produção de *commodities*

Embora se destaque nas porções ao norte do país, a agricultura alimentar está presente por toda a formação socioespacial ganense, colocando em xeque a afirmação popular de que, em Gana, “O Norte alimenta o Sul”. O que se pode observar é que a agricultura comercial, esta sim, está fundamentalmente nas porções centro-sul da formação socioespacial. A produção alimentar envolve diferentes tipos de cereais

(milho, painço, sorgo e arroz), legumes (feijão, feijão-bambara, amendoim e soja), frutas (mamão, abacate, manga, abacaxi, caju, melancia e banana), vegetais (tomate, berinjela, cebola, pimenta, quiabo, repolho, alface e cenoura), além de raízes e tubérculos (inhame, mandioca e batata doce) (Figuras 4 e 5).

Conforme já mencionado, essa produção é fundamental para garantir a segurança alimentar da população. Ela ocorre em pequenos estabelecimentos, geralmente próximas às rodovias, e é pouco mecanizada, recorrendo ao uso intensivo da força de trabalho, sobretudo familiar. Além disso, como forma de garantir a fertilidade, observa-se nesses estabelecimentos o uso da técnica da policultura em rotação e repouso do solo.



Fonte: SANTOS (2021).

Figura 4. Agricultores de verduras em Paga (Região Alto Oriental).



Fonte: SANTOS (2021).

Figura 5. Plantação de arroz nas proximidades de Cape Coast (Region Central).

Parte da produção nesses estabelecimentos se destina à subsistência dos agricultores e outra parte é comercializada em diferentes mercados, espalhados pelas principais cidades do país, como Acra, Kumasi e Tamale. Ainda que esses agricultores tenham maiores dificuldades em acessar linhas de crédito – que garantiriam o acesso a maquinários e insumos – tem se observado, a partir da década de 2010, um aumento da produtividade graças ao apoio técnico do governo (por meio de projetos de institutos de pesquisa e de universidades) e de organizações multilaterais, como a *Food and Agriculture Organization* (FAO) das Nações Unidas, com o objetivo de garantir a segurança alimentar no país, que sofreu com as estiagens prolongadas da África Ocidental na década de 1980.

Além disso, esse aumento da produção também esteve associado à ampliação da área cultivada nos últimos anos, que passou de 290 mil km² em 2002 para 340 mil km² em 2018. O aumento da produção no período se verificou entre os seguintes cultivos: o milho foi de 1.400 mil Mt para 2.306 mil Mt; o painço foi de 159 mil para 182 mil Mt; o arroz foi de 473 mil para 1.300 mil Mt; a mandioca foi de 9.700 mil para 20,800 mil Mt; a banana foi de 2.200 mil para 4.600 mil Mt, e o inhame foi de 3.900 mil para 7.700 mil Mt (GHANA MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2019).

A agricultura comercial, por sua vez, destina-se sobretudo ao mercado externo e tem grande importância para o país na medida em que garante a entrada de divisas. Esse tipo de agricultura conta com o apoio massivo do Estado e se desenvolve em pequenos ou grandes estabelecimentos onde o uso da força de trabalho é intensivo, apesar de possuírem mais fácil acesso a insumos e maquinários. Além disso, a localização nas porções centro-sul do território garante um escoamento mais eficiente aos portos (de Takoradi e Tema), por onde as *commodities* são exportadas. São justamente nessas regiões onde se concentram – desde o período colonial – as principais infraestruturas de circulação e distribuição do território (SANTOS, 2021).

Dentre os principais cultivos da agricultura comercial, destacam-se: o cacau (Figura 4), o café, o algodão, o tabaco, a palma (Figura 5) e o karité. Antes de serem exportados, todas essas produções passam por algum tipo de processamento dentro do próprio estabelecimento, como o processo de secagem e de fermentação das sementes de cacau, por exemplo, ou a extração do óleo de palma. Entre 2002 e 2018 observou-se também um aumento na produção de cacau, (passando de 496 mil Mt para 919 mil Mt) e de óleo de palma (de 1,6 milhão para 2,5 milhões Mt). Os demais cultivos não foram registrados com regularidade pelo *Ministry of Food and Agriculture*, de modo que, em 2014, a produção de café esteve calculada em 42 mil Mt e borracha em 19 mil Mt (GHANA MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2019) (Figura 8).



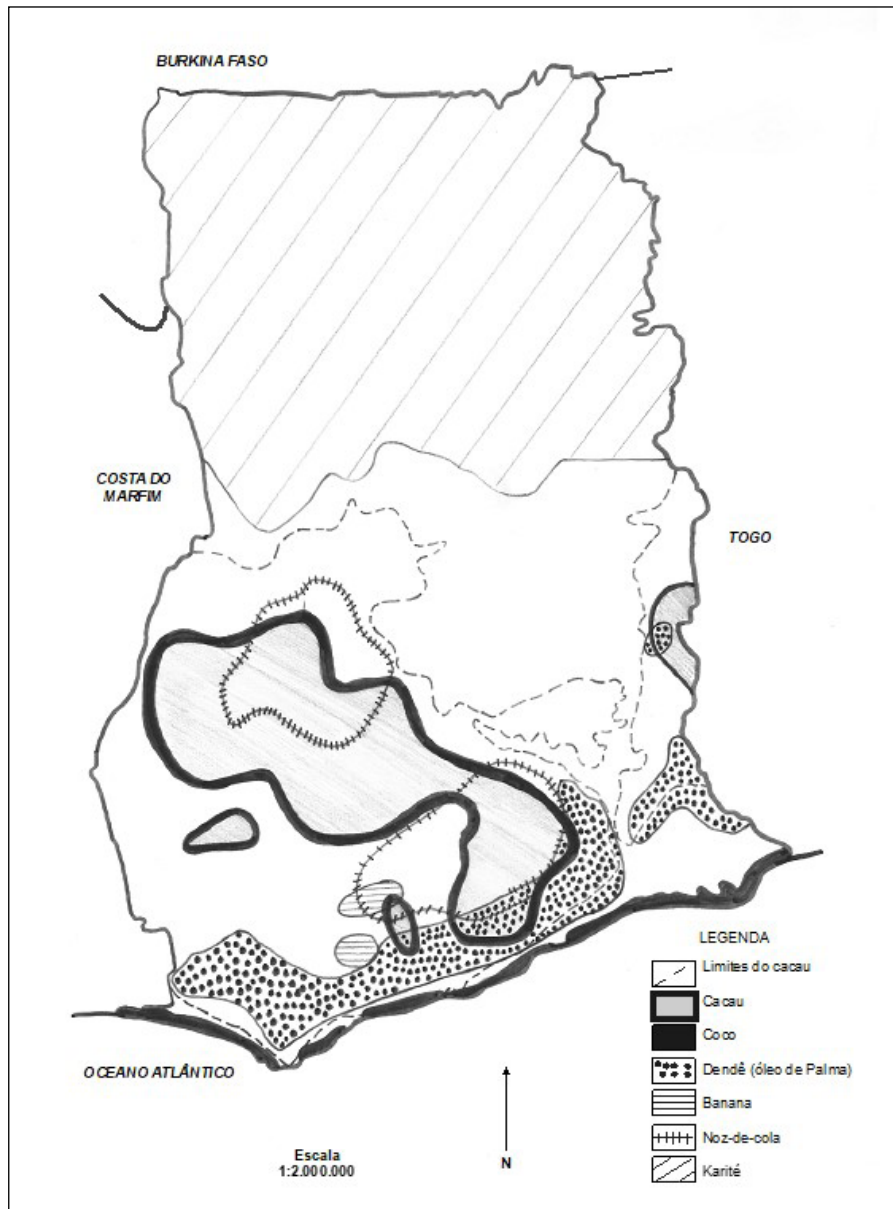
Fonte: SANTOS (2021).

Figura 6. Plantação de cacau em Adanwomase (Região Ashanti).



Fonte: SANTOS (2021).

Figura 7. Produção de Óleo de Palma nas proximidades de Tarkwa (Região Ocidental).



Fonte: SANTOS (2021).

Figura 8. Agricultura comercial em Gana.

Já a pecuária consiste em uma atividade voltada, fundamentalmente, à subsistência dentro de alguns estabelecimentos. Nas áreas de floresta ela é menos frequente do que nas áreas de savana, em função da ocorrência da mosca tsé-tsé: enquanto nas primeiras é possível encontrar rebanhos ovinos, caprinos e aviários; no norte do país destacam-se os mesmos rebanhos, além da criação bovina. Entre 2009 e 2018 observou-se um aumento na população de animais em diferentes rebanhos: a população bovina saltou de 1,4 milhões para 1,9 milhões; a população ovina foi de 3,6 para 5,1 milhões; a caprina de 4,6 para 7,3 milhões; a suína foi de 521 mil para 845 mil; e a aviária de 43,3 para 76,8 milhões (GHANA MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2019).

A pesca, por sua vez, também é desempenhada em diferentes pontos da formação socioespacial. Assim como a pecuária, trata-se de uma atividade realizada fundamentalmente por homens e é voltada ao abastecimento do mercado interno. Os peixes são obtidos ao longo dos 540 quilômetros de costa, além dos numerosos rios e do Lago Volta, que possui 8,4 mil km². A pesca ocorre de forma artesanal na maior parte do país, com pescadores utilizando pequenas e médias embarcações de madeira (motorizadas) e redes. Entre 2003 e 2012, a produção aumentou ligeiramente, passando de 406 mil para 428 mil t. Desse total, é importante atentar ao fato de que a pesca marinha equivale a 77% do total produzido pela atividade (GHANA MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2019).

A extração vegetal, por sua vez, está intimamente relacionada às áreas de floresta da formação socioespacial ganense. A extração de madeiras nativas – em especial do mogno – foi uma atividade econômica de grande importância antes e durante o período colonial, mas perdeu importância dentro da pauta de exportações nacionais ao longo do tempo, tendo sido limitada, em especial, por um conjunto de leis ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço econômico rural da formação socioespacial de Gana organiza-se fundamentalmente em pequenos estabelecimentos produtivos, intensivos em força de trabalho e que fazem uso de tecnologias tradicionais – com o uso instrumentos como enxada e cutelo –, tendo o abastecimento de água dependente do regime pluvial. Nesses estabelecimentos predomina a policultura, tanto nos casos daqueles que se dedicam a agricultura alimentar, quanto nos casos daqueles que se dedicam a agricultura comercial, como o cacau, que é o produto agrícola mais importante da pauta de exportações ganenses. Menos frequentes são os grandes estabelecimentos produtivos – aqueles mais capitalizados e que lançam mão de diversas tecnologias agrícolas modernas, como maquinários e insumos – os quais se dedicam fundamentalmente a agricultura comercial em monoculturas (produzindo óleo de palma, borracha ou coco).

Deve-se observar que esse espaço econômico rural de Gana só pode ser entendido a partir da relação historicamente estabelecida entre os meios de produção (especialmente a terra e a tecnologia), a força de trabalho e as relações de propriedade que se estabelecem entre eles. Essa relação é o que garante a particularidade desse espaço econômico rural, não só pela forma como a produção agrária acontece, mas também pelos próprios tipos de produtos agrícolas que são cultivados.

A predominância dos estabelecimentos que se dedicam a agricultura alimentar nas porções norte do país e dos estabelecimentos que se dedicam a agricultura comercial nas porções centro-sul, estão ligadas fundamentalmente ao passado colonial, que primava pela produção de *commodities* o mais próximo possível do litoral, para baratear o transporte das mercadorias até os portos. Ainda assim, nas porções centro-sul observa-se também o cultivo de alimentos, ainda que não sejam predominantes. Assim, mais importante que assegurar se o Norte alimenta o Sul ou não, é constatar a permanência de desequilíbrios regionais.

REFERÊNCIAS

- ARYTEEY, Ernest; AL-HASSAN, Ramatu; ASUMING-BREMPPONG, Samuel; TWEREFU, D.K. **The organization of land markets and production in Ghana**. Legon: Institute of Statistical, Social and Economic Research, 2007.
- BINNS, Tony; DIXON, Alan; NEL, Etienne. **Africa: diversity and development**. Londres: Routledge, 2012.
- BOATENG, Ernest A. **A geography of Ghana**. Cambridge: Cambridge University Press, 1959.
- CHOLLEY, Andre. Problèmes de structure agraire et d'économie rurale. **Annales de Géographie**. Issue 55, Volume 298, 1946, p. 81-101.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Fertilizer use by crop in Ghana**. Roma: FAO, 2005.
- GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**. Nova Iorque: Basic Books, 1973, p. 3-30.
- GOCKING, Roger. **The history of Ghana**. Westport: Greenwood Press, 2005.
- HUTCHFUL, Eboe. **Ghana's adjustment experience: the paradox of reform**. Oxford: James Currey, 2002.
- LUND, Christian. **Local politics and dynamics of property in Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. São Paulo; Salvador: Casa das Áfricas; Edufba, 2011. Volume 2.
- MAMIGONIAN, Armen. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: AUTORES. **Seminário Internacional O Mundo do cidadão, Um Cidadão do Mundo, USP**, set. 1996.
- MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE. **Agriculture in Ghana: Facts and Figures (2018)**. Accra: SRID, 2019.
- OBENG, Henry. **Soil Classification in Ghana**. Accra: Centre for Policy analysis, 2000.
- SANTOS, Kauê Lopes dos. **Ouro por lixo: As inserções de Gana na Divisão Internacional do Trabalho**. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.
- SANTOS, Kauê Lopes dos. **Africano: Uma introdução ao continente**. Rio de Janeiro: Record, 2022.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, AGB, 1977, p.35-59.